



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE DIREITO  
DE RIBEIRÃO PRETO

COC –

COORDENAÇÃO DO CURSO

**PROJETO LABORATÓRIO FDRP**

LABORATÓRIO [ ] II - [ x ] IV - [ ] VI - [ ] VIII - [ ] X

ANO/SEMESTRE: 2025/2

TÍTULO DO EIXO A SER DESENVOLVIDO: Laboratório Direito à Cidade (LabDic): Cidades justas e sustentáveis -incidência em políticas públicas

DOCENTE(S) RESPONSÁVEL(IS): Julia Azevedo Moretti

ODS-ONU\* que abrange(m) a atividade proposta, se for o caso:

ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis

ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes

NÚMERO MÁXIMO DE ALUNOS, SE HOVER: 25

GRUPO SOCIAL ALVO DA ATIVIDADE: Comunidade urbana Cidade Locomotiva e interesses difusos sobre política habitacional na cidade de Ribeirão Preto

CARGA HORÁRIA TOTAL: 06 - trabalho (Horas Extensão: 06)

\* Ver Anexo I

**OBJETIVOS**

Como objetivo geral, pretende-se contribuir “para uma visão situada do fenômeno jurídico-social em processo dialético entre teoria e prática” (Deliberação FDRP nº 05/2024) e de caráter transdisciplinar. Especificamente, o que se pretende é promover um conjunto de atividades capazes de aproximar a Universidade e a sociedade para, simultaneamente, aprimorar a formação dos estudantes. No LabDic IV, espera-se que, ao final do semestre o aluno do curso de Direito: (i) consiga elaborar proposições jurídico-normativas a partir de diagnósticos socioespaciais; (ii) montar estratégias de incidência em políticas públicas a partir dos preceitos da assessoria jurídico popular e atuação em conselhos participativos; (iii) sistematizar experiências de atuação jurídico-social no território com potencial de replicação em outras comunidades urbanas e nas políticas habitacionais do município.

**METODOLOGIA:**

O trabalho será realizado com metodologias participativas de pesquisa-ação, com adoção atividades empíricas (caminhadas diagnósticas, entrevistas, participação em conselhos participativos). Também será adotada uma metodologia de avaliação legislativa, com apreciação, diagnóstico e proposta de jurídico-normativa no que se refere à legislação municipal que embasa as políticas públicas de habitação e regularização fundiária, com intervenção em comunidades urbanas. Num primeiro momento será avaliada a eficácia jurídica dessas normas, a completude e capacidade de produzir transformações em territórios populares com melhoria da qualidade de vida da população. Na sequência, a partir de realidade constatada e registrada nos dossiês produzidos no Lab I, os(as) discentes serão instados a perquirir sobre as demandas concretas e possibilidades de traduzi-las em proposições jurídico-normativas a serem apresentadas e debatidas no Conselho Municipal de Habitação de Ribeirão Preto. Balizarão o trabalho leituras críticas do direito, selecionadas por meio de revisão teórica não estruturada, inclusive como incentivo à pesquisa científica pelos alunos.

**ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS:**

Para a realização da atividade propõe-se um percurso 3 etapas que compreendem um conjunto de ações: (1) **preparação:** que compreende atividades de ensino, com aulas que trabalham conceitos operacionais básicos (como democracia participativa; gestão democrática das cidades; conselhos deliberativos; regularização fundiária; logística, entre outros).

Também envolve atividades práticas de integração dos alunos(as) com a comunidade parceira e o contato com órgãos públicos municipais responsáveis pela política habitacional; (2) **diagnóstico**: que compreende ações de pesquisa teórica e empírica sobre políticas habitacionais e seu embasamento legal, bem como atividades práticas, como entrevistas, participação de reuniões do conselho; (3) **aplicação prática**: envolve redação de relatórios, sistematização de resultados em documentos de diversas naturezas (em especial proposições jurídico-normativas) bem como a participação em conselho participativo municipal (Conselho Municipal de Habitação).

#### RESULTADOS ESPERADOS:

Após a realização das atividades propostos, espera-se alcançar os seguintes produtos (1) proposições jurídico-normativas uma com demanda concreta da comunidade parceira e outra para aprimoramento da legislação municipal a partir do direito autoconstruído em territórios populares e nos limites da competência do respectivo conselho participativo; (2) sistematização de experiências de atuação jurídico-social no território com potencial de replicação em outras comunidades urbanas e nas políticas habitacionais do município; (3) plano de ação para atuação da Universidade no Conselho Municipal de Habitação. O fortalecimento das competências de pesquisa e extensionistas dos estudantes envolvidos também é um resultado esperado.

#### MÉTODO DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOS DISCENTES EMPREGADO PELO DOCENTE:

Será adotado um método de avaliação continuada das atividades acadêmicas realizadas pelos(as) alunos(as) ao longo do semestre, a partir das etapas acima descritas. Serão combinados elementos de avaliação individuais (fichamentos, participação em reuniões do Conselho) e em grupo (proposições jurídico-normativa e relatório). Os(as) alunos(as) serão avaliados em relação à : (i) assiduidade, especialmente nas atividades de campo; (ii) cumprimento de prazos; (iii) progresso no processo de aprendizagem prática - capacidade de situar o conhecimento e buscar soluções concretas e dialogadas para problemas complexos; (iv) excelência dos produtos apresentados, que deverão demonstrar o conhecimento sobre o tema, a fundamentação, a clareza e fluência da redação, a coerência da exposição, a correção gramatical, a precisão da linguagem jurídica e capacidade de comunicação com a comunidade (linha da educação e popularização do conhecimento).

#### MÉTODO DE AVALIAÇÃO DO IMPACTO PARA O GRUPO SOCIAL ALVO QUE SERÁ EMPREGADO PELO DOCENTE:

A atividade será avaliada com os moradores que se manifestarão sobre a qualidade do trabalho desenvolvido e alcance dos objetivos (inclusive aproximação com a Universidade). Interlocutores que representem a sociedade civil e movimentos sociais de moradia no Conselho também serão consultados sobre trabalho desenvolvido no âmbito do Conselho Municipal de Habitação. A avaliação deverá ponderar (i) a qualidade das atividades em relação à troca de saberes e aprendizagem (adequação das propostas à realidade/necessidade, capacidade de construção dialogada); (ii) proveito dos produtos (clareza dos documentos, aplicabilidade na organização social).

## ANEXO I

### Lista de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS-ONU) e que pode se encaixar a temática do eixo proposto para o laboratório

- 1, erradicação da pobreza
2. Fome zero e agricultura sustentável
3. Saúde e bem-estar
4. Educação de qualidade
5. Igualdade de gênero
6. Água potável e saneamento
7. Energia limpa e acessível
8. Trabalho decente e crescimento econômico
9. Indústria, inovação e infraestrutura
- 10..Redução das desigualdades
11. Cidades e comunidades sustentáveis
12. Consumo e produção responsável
13. Ação contra a mudança global do clima
14. Vida na água
15. Vida terrestre
16. Paz, justiça e instituições eficazes
17. Parcerias e meios de implementação